



ORALIDADE: AS VÁRIAS FACES DA VIDA DE ANTÔNIO DÓ

Rejane Meireles Amaral Rodrigues*

Universidade Estadual de Montes Claros e do Instituto de Educação de
Montes Claros/ ISEMOC
revistafenix@revistafenix.pro.br

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade analisar como a vida de Antônio Dó, um pequeno sitiante da cidade de São Francisco, localizada no Norte de Minas no início do século XX, ficou registrada na memória coletiva do povo de São Francisco. Pretende-se, também, refletir como a oralidade e a literatura contribuíram para a preservação desta história, além de questionar se a população sanfranciscana o tem como mito.

ABSTRACT: The present article has for purpose to analyze as the life of Antonio Dó, a small besieger of the city of San Francisco, located in the North of Mines in the beginning of century XX, was registered in the collective memory of the people of San Francisco. It is also intended to reflect as the orality and literature had contributed for the preservation of this history, besides questioning if the sanfranciscana population has it as myth.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Dó – memória – mito

KEYWORDS: Antônio Dó – memory – myth

Muito pouco me lembro das histórias que minha avó contava. Desde muito pequena, ela foi criada por seu pai, pois sua mãe faleceu quando ela ainda era um bebê de colo. Seu pai a levava para o trabalho, pois não tinha com quem deixá-la. Ele trabalhava na roça, e ela ficava embaixo das sombras das árvores. Era uma vida muito difícil. Depois de algum tempo apareceu uma senhora que cuidou da minha avó. Isso me veio à mente pois, por volta de 1979, quando eu era ainda uma criança, apareceu em nossa casa uma senhora que dizia ser a mãe da minha avó. Eu não sei se ela casou-se com o meu bisavô, talvez isto tenha acontecido, pois um homem que estava com ela me disse que era irmão da minha avó, mas não era

* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia, professora do curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros e do Instituto de Educação de Montes Claros/ ISEMOC.

parente meu, e esta morava com a gente na cidade onde ficávamos para estudar, e as duas se abraçaram emocionadas, pois, há muito, não se sabiam do paradeiro da outra...¹

As lembranças “guardam” informações e imagens que dificilmente outra forma de “registro” o faz, pois, sendo ela a interpretação pessoal de um determinado fato, pode apresentar algumas lacunas ou acréscimos que dependerá do grau de envolvimento entre o acontecimento e quem o relembra.

Este ato de rememorar fatos outrora acontecidos contribuiu para a criação de episódios entendidos como “fatos históricos”, pois somente reproduzimos do passado situações que nos marcaram de alguma forma. Este processo é facilmente entendido quando pensamos no sentido do passado, conforme Hobsbawm nos expõe no segundo capítulo da sua obra *Sobre História*². Para esse, o sentido do “passado” é uma questão de escolha ou opção.

Se entendermos o passado ou o registro deste como memória, fica fácil entender que a memória é condutora da História. Utilizamos a palavra “condutora” para fazer uma metáfora ao ato de “levar”, ou seja, a memória “nos leva” à história. Entretanto, a memória precisa de estímulos para aflorar. Mas por que entendemos que a memória, para produzir história, precisa ser “estimulada”? Porque esta, sem um “estopim”, jamais transitará do passado para o presente. Sem algo que a estimule, as lembranças não se tornam elementos constituidores do presente.

Para entendermos este processo, poderemos analisar tal situação em seu sentido contrário, ou seja, analisar a relação história/memória conforme Seixas:

[...] a relação memória – história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo-aqui se inscreve a novidade da crítica – em que coloca a *história* como senhora da memória, produtora de memórias³.

¹ Entrevista de José Armando, sobrinho neto de Antônio Dó, feita em 20 de set. de 2003. Duração de 1 hora e 10 minutos.

² Ver discussão sobre o significado do passado e formas de recuperá-lo.

HOBBSAWN, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22-35.

³ SEIXAS, Jacy A. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. Naxara M. (Org.). **Memória (res)sentimentos**. São Paulo: Editora Unicamp, 2001, p. 39.

Desta forma, podemos afirmar que a memória pela memória não traz consigo conhecimento acerca do passado, porém, quando é “recuperada e analisada”, pode produzir história.

Trabalhar as memórias é uma importante empreitada para o historiador de ofício. Para tal, o historiador, ao lançar-se a “lapidar” as recordações, utiliza o recurso da história oral que, para Portelli, é entendida como texto e assim pode ser analisada como teoria literária:

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos: e estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados com técnicas e procedimentos em alguma medida controláveis, elaborados por disciplinas precisas como a lingüística, a narrativa ou a teoria da literatura ⁴.

A memória permite uma leitura particular e própria sobre um assunto, e esta é a versão que, ao ser transmitida, carrega uma leitura própria e pessoal do fato.

Ao utilizarmos a história oral como metodologia de investigação, temos a possibilidade de “recuperar” as transformações das cidades, experiências de trabalho, lutas sociais, modos de viver, morar e sociabilizar meios rurais e urbanos⁵. E estes são lembrados pelos sujeitos que, de alguma forma, estão inseridos nestas situações. Isso nos dá uma ampla possibilidade, pois eles podem ser: moradores das cidades, agricultores, artesãos, grupos de imigrantes, velhos e crianças, sobreviventes ou pessoas com bagagens culturais diferentes⁶.

Assim, encontramos um aspecto que é facilmente questionado na metodologia: a “subjetividade da narrativa e narrativa enquanto possibilidade de texto”⁷. Como cada sujeito, em sua particularidade, registra o fato de uma forma e o reelabora, a partir de um referencial, devemos, então, analisar as narrativas levando em consideração todos os signos que acompanham a fala. Estamos nos referindo aos “silêncios”, “risos”, “emoções”, “choros” que surgem no momento da entrevista.

⁴ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Revista **Tempo**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 2, 1996, p. 64.

⁵ KHOURY, Yara. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto Historia**, São Paulo, (22), jun. 2001, p. 80.

⁶ Ibid.

⁷ PORTELLI, Alessandro. op. cit.

Ao percebemos as “dificuldades” para o trabalho com a história oral, não devemos nos deixar levar pelo desânimo, devemos, sim, pensar no grande leque de possibilidades que esta nos oferece para analisarmos a vida cotidiana, devido ao destaque, dado a ela, pela história oral⁸.

Como a história oral permite uma maior aproximação com os “vários cotidianos”, por meio dela, temos uma maior abrangência temática: histórias de família, biografias, marginalizados sociais e outros. Foi a história oral que nos permitiu repensar os silêncios que margeavam a vida de Antônio Dó, na cidade de São Francisco.

Iniciaremos, desta forma, uma análise da “produção cultural” alimentada pela história de um fazendeiro que viveu na cidade de São Francisco, localizada no Norte de Minas Gerais, no início do século XX, conhecido como Antônio Dó. Sua vida teria sido pacata, como a de qualquer outro fazendeiro sitiante, se não fosse o fato deste homem ter sido submetido aos mandos e desmandos da polícia local.

Após ser preso, por questões de demarcação de terra com seu vizinho, Chico Peba, em 1909, e somado à mágoa de não ter visto esclarecido o assassinato de seu irmão, Honório Antunes França, Antônio Dó fugiu da delegacia em que estava preso. Recrutou um grupo de homens que, a partir de então, passou a segui-lo e juntos fizeram “justiça com as próprias mãos”. Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o Norte de Minas, Sul da Bahia e Sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, atuou por conta própria em um garimpo nas proximidades de Paracatu, mas jamais voltou a exercer a função de lavrador.

Confrontou-se com a Polícia Militar várias vezes, naquele período chamada de Força Pública. O contexto histórico em que seu bando existiu foi marcado pelo excesso de intervenções na administração local por parte dos interesses particulares; já que os homens que exerciam este poder não limitavam suas ações para conseguir o que queriam e, conseqüentemente, “retiravam” ou eliminavam do caminho as pessoas que não estavam de acordo com suas vontades.

Por conseqüência disto, Antônio Dó foi assassinado, em 1929, por um membro de seu bando, que acreditava que seu líder possuía uma garrafa cheia de diamantes⁹.

⁸ PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória. O massacre das fossas Ardeatinass. História, memória, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectivas**. n. 25/26 – jul. 2001/jun. 2002. Uberlândia: Edufu.

⁹ MARTINS, Saul. **Antônio Dó** – a história verídica de um jagunço famoso. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

A história de vida de Antônio Dó, após seu assassinato, foi motivo de muita conversa em São Francisco entre fazendeiros, coronéis, vaqueiros, nas fazendas da região e moradores da cidade. Estes “causos”, com o passar dos anos, caíram no esquecimento para alguns, mas para aqueles que “viram”, “viveram” ou foram vítimas de Antônio Dó, a lembrança dele e de seus atos não se apagaram da memória¹⁰.

Neste constante “rememorar”, permite-se um “reviver”. Para a população contemporânea de Dó, seus atos como “bandido”, “malvado”, “sanguinário”, eram mais evidentes que o motivo ou os motivos que o teriam levado para esta vida. Isso é facilmente entendido através da análise de Halbwachs, quando este interpreta a memória coletiva: “Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores”¹¹.

Na memória coletiva do povo de São Francisco, a imagem visível e cristalizada de Dó era a do malfeitor. E essa seria repassada para as futuras gerações. Dessa feita, percebemos que alguns detalhes, neste processo de rememorar, foram se perdendo com o tempo, mas eles podem ser recuperados, bastando para isso que se utilizem “todos os recursos da memória coletiva”¹².

Neste contexto, surgiu-nos um questionamento: quais seriam os possíveis “recursos da memória coletiva” de São Francisco para recuperar os detalhes da vida de Antônio Dó? Partindo desta pergunta, deparamo-nos com um legado cultural popular¹⁰ sobre Antônio Dó, “criado” em tempos e contextos diferentes, e que nos chamou atenção pela forma como foi “criado” e por quem foi “criado”.

Este legado une-se à memória e reproduz o contexto histórico-social, no qual este homem viveu, conferindo, a ele, uma identidade específica. Para Pesavento, “a rigor [...] as sociedades, ao longo de sua história, produziram suas próprias representações. [...] Mediante a qual elas atribuem uma identidade, [...] legitima seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros”¹³. Esta identidade pode,

¹⁰ Segundo Halbwachs, “não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”. (HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 60).

¹¹ Ibid, p. 135.

¹² Ibid, p. 187.

¹⁰ Este legado cultural ao qual nos referimos são as letras de músicas e poesias feitas sobre Antônio Dó.

¹³ PESAVENTO, Sandra. **Uma outra cidade**. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001, p. 16.

ou não, ser alterada de acordo com quem a faz e seguindo os interesses de quem a compôs.

Vejam as lembranças ou interpretações de pessoas com diferentes graus de relação sobre o episódio de Antônio Dó:

O que eu sei foi através de meu pai, Manoel Clemente de Sá, era tabelião aqui, e Antônio Dó tinha fazenda na Boa Vista. E chegou a época da seca, na sua terra havia uma nascente em comum; a todos os proprietários, todos que tinham gado. Mas alguém achou que aquela bebida era só dele e cercou aquela fonte. Então Antônio Dó achou que aquilo não estava certo e derrubou a cerca. Dó foi lá e derrubou. Dessa segunda vez ele veio à cidade, e a política que ele era partidário estava por cima¹⁴.

Percebemos, a partir da fala supramencionada, uma imparcialidade na narrativa do entrevistado. Já na entrevista que se segue, por se tratar de um membro da família de Dó, há uma certa cautela ao relatar o “litígio”, pois “as lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros...”¹⁵.

Para um membro da família de Antônio Dó, a lembrança foi formada pela memória da sua avó, sobressaindo características de Dó, que o professor Clemente não relevou. Mas, mesmo no grupo doméstico, podem acontecer variações nas lembranças:

ela dizia, meu tio Antônio de Dó, foi um homem muito honesto e trabalhador, más por causa de um poço d’água, que ficava na divisa das terras dele com o Chico Peba, e que o Chico queria cercar o poço, mas Antônio não deixava, o Chico fazia a cerca e o Toni derrubava, depois era o único poço que o povo e gado tinha para se servir, por isso o Toni brigava para que o poço não ficasse só com o Chico Peba, mas sim ficasse livre para que todos pudesse se servir daquela água. Mas o Chico vendo que o Toni não desistia de derrubar toda cerca que ele fizesse, então veio até a cidade e levou as polícias, que chegou de surpresa e pegou Antônio de Dó, e o amarrou, e chicoteou, e bateu muito nele e trouxe preso para a cidade, e batia nele todos os dias, até que o dia que ele conseguiu sair da cadeia...¹⁶.

As lembranças são soltas, descoladas do contexto de onde partiram; pois sem uma interpretação mais ampla, elas ficam sem sentido. Ecléia Bosi define este exercício de “reinterpretar as lembranças”, isto é, “uma lembrança é um diamante bruto que

¹⁴ Entrevista professor Clemente. 22 ago. 2002. Duração 1 hora e 15 minutos.

¹⁵ BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 344.

¹⁶ Entrevista de Maria Eunícia. Aposentada. 14/01/2000.

precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia”¹⁷.

Para que a lembrança tenha “respaldo” como fonte histórica, é fundamental entender que: “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança”¹⁸. E esta permite ao passado uma renovação a cada vez que vem à tona e torna-se um instrumento de investigação. E o singular deste exercício é que “... Se lembramos, é porque do outro, a situação presente, nos fazem lembrar...”¹⁹. Esta situação presente que nos faz lembrar é o que buscamos refletir, seja pela pesquisa, seja pela memória dos entrevistados ou pelo contato com outros tipos de fontes.

Neste sentido, percebemos que a “entrada” de Antônio Dó na marginalidade não é relembrada em São Francisco. A população só a comenta quando é indagada sobre este assunto. Assim, surgiram várias interpretações sobre o ocorrido, como percebemos na fala de Saul Martins:



...ele não ficou preso por muito tempo não, foi só uns dois ou três dias, mas quando saiu, ele ficou revoltado, não mais com o Chico Peba mas com os políticos e policiais da cidade, ele reuniu seus companheiros e voltou na cidade muitas vezes para fazer o delegado pagar o que fizeram com ele (conforme a história você já conhece). Talvez os livros não contem e pra ser sincero o único livro...²⁰.

Acredita-se que todo ser humano tem capacidade de administrar e fazer julgamentos sobre os atos dos que estão na condição de administradores. Diante disso, é difícil fazer juízo de valor sobre a memória política, como se pode observar no ocorrido nas histórias/entrevistas, que cada um tem em sua memória. Segundo Bosi:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a²¹.

Essa afirmação pode ser exemplificada nos relatos da lembrança de Brasileiro Braz, que o mesmo transformou em livro:

¹⁷ BOSI, Ecléia., op. cit., p. XXI.

¹⁸ Ibid., p. 15.

¹⁹ Ibid., p. 17.

²⁰ Entrevista de Saul Martins, antropólogo e escritor. 14/11/2002.

²¹ BOSI, Ecléia., op. cit., p. 371.

Dó foi lá e derrubou. Dessa segunda vez ele veio à cidade, e a política que ele era partidário estava por cima. Então ele estava com tudo e trunfo, ai, o que ele fez, que alguém mandasse uma intimação, e ai Antônio Dó recebeu e veio tranqüilo. Quando ele chegou na delegacia, ele foi preso e os bens lá da fazenda foram tomados²².

Este tipo de memória traz à luz nomes de pessoas “importantes”. No caso das cidades interioranas, vêm-se disputas de famílias, envolvendo “fatos obscuros” que, mesmo sendo apresentados em textos, livros, os registros, muitas vezes, não são comentados.

Antônio Dó é um integrante da memória de São Francisco, no entanto, ele não “faz parte da História de São Francisco”. O que queremos dizer, com esta afirmativa contraditória, é que, mesmo tendo sido citado por Brasileiro Braz, o personagem não é integrante da “História da cidade”. Quando se pensa a história da cidade, referimo-nos à história estudada nas escolas, nas séries iniciais do Ensino Fundamental Básico, ou mesmo no Fundamental, nas séries nas quais são estudadas as Revoltas Sociais.

Esta ausência, enquanto tema de estudo nas escolas, é percebido por nós como a necessidade de silenciar este fato, pois a escola é um instrumento importante de “circulação” de informações tanto dentro do seu espaço, como fazendo a ponte escola/comunidade.

Alguns moradores, em entrevistas, revelam suas lembranças sobre Antônio Dó. Muitos deixam nas entrelinhas que estes fatos não são comentados com tranqüilidade na cidade e que, quando querem comentar o assunto, recorrem aos livros e “comentam o livro”. Assim, não estarão “manchando a imagem de ninguém”. *A tradição oral é a forma privilegiada em que as imagens do passado são veiculadas na memória coletiva, mediante experiências vividas pelos entrevistados*²³.

A memória trabalhada em temas traz especulações próprias e características ímpares que compõem o imaginário. A pesquisadora Patrícia Sampaio Silva enfatizou que o cangaço é um terreno privilegiado do imaginário social, na medida em que há um leque de representações com base no desdobramento de um mesmo símbolo. Por isso, a relação do cangaceiro com o imaginário do povo é recheada de diferentes representações e significados. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a

²² BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.

²³ SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O Cangaço no *sertão das memórias*. **Estudos**. v. 29, março/2002, p. 310.

memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”²⁴.

A memória coletiva da população de São Francisco, em relação à história de Antônio Dó, é camuflada. Os moradores remetem-se a este fato como “eu ouvi dizer de quem leu no livro de Saul Martins”. Tanto é assim que João Naves²⁵ declarou sobre a história ...

Antônio Dó não é comentado em São Francisco, nas escolas o único momento foi durante a encenação da peça teatral Pecado Social. As fontes de consultas são pequenas, sendo a melhor o livro Saul Martins, as demais foram escritas baseadas na obra de Saul. Quando eu fazia pesquisas com pessoas idosas várias diziam que tinham ouvido falar, a única pessoa que disse ter visto foi seu José Bonifácio, ele viu o bando de Antônio Dó passar pela rua Montes Claros, todos correndo a cavalo e pessoas gritando. Lenda do corpo fechado, costumes, cotidiano²⁶.

Entretanto, o livro de Brasiliano insere-se na memória coletiva, não permitindo que a história caía no esquecimento e apresenta outra versão às gerações mais novas: “A legitimação de uma instituição, fundamental para sua sobrevivência, é mantida basicamente pela definição de conceitos e pela manipulação do imaginário popular”²⁷.

A prática de registros narrados feitos por folcloristas e memorialistas não é recente, são inúmeros os trabalhos que relatam as memórias das cidades brasileiras e no Norte de Minas, em particular, há um número considerável de livros que registraram a formação desta região. No caso de São Francisco e particularmente sobre a vida de Antônio Dó, dois trabalhos de memorialistas são referências: Antônio Dó – o jagunço famoso do sertão do São Francisco (Saul Martins) e Serrano do Pilão Arcado (Petrônio Bráz).

Em entrevista, Saul Martins relatou que, quando era menino, ouvia os causos sobre Antônio Dó, (histórias fantasiosas) contados pelos sertanejos e sitiantes que vinham das fazendas para a cidade de Januária e ficavam alojados embaixo de uma árvore, em frente à sua casa. E, para ele, Antônio Dó era seu herói, seu “herói vingador”. Quando era adolescente, com aproximadamente 12 ou 13 anos, Saul teve

²⁴ HALBWACHS, Maurice. op. cit., p. 51.

²⁵ Advogado, membro da Comissão Mineira do folclore e pesquisador dos costumes e festas de São Francisco.

²⁶ Entrevista com João Naves. 09 out. 2003. Duração 40 minutos.

²⁷ SOUZA, Alberto Carlos Lopes de. Reflexões sobre a liberdade e o culto aos heróis. In: LEMOS, Maria Teresa T. Brittes. **Memória, Identidade e Representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

oportunidade de vê-lo, pois esse se alojou por algumas horas na fazenda de sua irmã. Saul relata que observou atentamente tudo que ele fazia e crê que Antônio Dó deve ter percebido sua presença, pois o futuro escritor não conseguia retirar os olhos do seu herói.

Mais do que fazer uma obra literária, o objetivo dele era imortalizar a história de Antônio Dó, relatar a má administração da justiça, bem como os desvios de comportamento da corporação à qual o próprio Saul pertencia.

Quando lhe perguntamos o que ele pensava sobre Antônio Dó, respondeu: *Foi um rebelado, ele foi coagido pela má administração da justiça.*

Encantado com as histórias proferidas a respeito de Antônio, Saul, quando menino, escrevia em cadernos os relatos que ouvia e assim começou a registrá-los. Após alguns anos, já militar, pesquisou nos Arquivos da Polícia Militar a respeito do personagem. Não satisfeito, partiu para a pesquisa em jornais do acervo da Hemeroteca de Belo Horizonte e, por fim, retornou à região de Januária e São Francisco, onde passou a recolher relatos, porém, desta vez, tendo o cuidado de ouvir várias pessoas sobre o mesmo fato, para posteriormente compará-lo e considerar “verdadeiro” somente aquele mencionado no mínimo três vezes.

A obra²⁸ foi editada, pela primeira vez, em 1967 e consagrou-se vencedora do 5º Concurso de Monografias sobre o Folclore Nacional. No desenrolar da trama, o folclorista descreveu a vida de Antônio Dó e de seus homens, considerando o cotidiano do sertanejo, sua linguagem e seus costumes. No prefácio da 1ª Edição, Saul explica quais as metodologias que utilizou para escrever a obra. Expôs sua relação com a Polícia Militar, fazendo um breve comentário sobre o que entende ser científico e ficcional em seu livro:

A história é verídica e a escrevemos com todo rigor científico. Se houver acréscimo, estes são oriundos da fantasia ingênua do sertanejo e não de quem os anotou. Aliás, não é fato novo: o povo cria lendas em torno de personagens reais, heróis sofredores ou vingadores com os quais muitas vezes se identifica. E é assim que se vai formando a tradição e todo o acervo cultural de uma simples comunidade ou de uma pátria imensa²⁹.

²⁸ MARTINS, Saul. **Antônio Dó** – A história verídica de um jagunço famoso. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1967.

²⁹ Ibid.

Outro folclorista que registrou a vida de Antônio Dó, com base na literatura de Saul Martins, foi Petrônio Braz³⁰. Engajado à “tradição oral” da sua cidade natal e indignado com “comentários equivocados” sobre Antônio Dó, Petrônio Braz escreveu um livro sobre tal personagem. A obra comenta a vida de Dó e sua família, desde a saída dos mesmos de Pilão Arcado, na Bahia, em 1878, até o assassinato dele em 1929. A vida íntima de Antônio Dó é registrada também, o que não é feito por Martins e Guimarães Rosa em *Grande Sertão Veredas e Sagarana*.

A ênfase maior no livro é a personalidade de Dó, mas o cenário político e todas as desavenças que ocorreram no período em questão também são relatadas.

Em entrevista, Petrônio Braz comenta por que escreveu sobre a vida de Antônio Dó:

Na minha juventude eu sempre ouvia, nas conversas ao pé do fogo, de um dos ex-jagunços de Antônio Dó, que foi armeiro do meu pai. Isto nos anos de 1937, 1938 (eu era menino), fazia os primeiros anos de primário. A gente ouvia dessas pessoas os fatos, as histórias. E o povo em geral tinha uma certa veneração por Antônio Dó³¹.

As histórias de Dó têm, para cada autor, um motivo diferente para serem escritas. Para Petrônio, o objetivo principal de escrever sobre Dó era *para registrar não somente a versão da polícia ou dos coronéis da cidade sua intenção registrar o “homem Antônio Dó”*. Pois ele entende que *Antônio Dó, foi uma vítima da opressão da política que imperava no final do século XX*.

Para produzir a obra que daria ênfase ao “homem Antônio Dó”, Petrônio Braz comenta: *para escrever eu retornei à cidade em que ele nasceu (Pilão Arcado – Bahia) e procurei refazer o percurso feito pela família*.

Na introdução da obra, Petrônio Braz a apresenta e faz a sua descrição sobre Dó:

... conta de forma romaneada, a vida de Antônio Dó, o chefe de jagunço contra o qual o governo se cansou de mandar expedições que voltavam sempre derrotadas e, se facilitassem, sem o comandante. Dó, que antes de ser jagunço era um humilde camponês, não permitiu nenhuma vitória às forças policiais que o perseguiram³².

³⁰ O livro **Serrano do Pilão Arcado** ainda não foi lançado, porém o autor gentilmente cedeu uma cópia para nossa apreciação.

³¹ Entrevista concedida em 28 dez. 2002.

³² BRAZ, Petrônio, op. cit., p. 11.

Sobre o livro, o autor comenta:

Mas o livro não é só a história de Antônio Dó, que foi um menino da fazenda Salitre, em Pilão Arcado; um fazendeiro em São Francisco; um garimpeiro no Rio Claro; um jagunço com fama desde o Carinhanha até o Gerais de São Felipe; um bandoleiro que as forças do governo acabaram por desistir de querer matar. Serrano de Pilão Arcado mostra com muita clareza as arrelias políticas da cidade de São Francisco, com os líderes locais tramando conspirações para se agarrar ao poder, com assassinatos, deportações, incêndios, cárcere privado, canalhice, nobreza de caráter, grandeza de espírito, tudo o que há na vida e, por conseguinte, há no romance³³.

O autor, por ter nascido nesta região e conhecer bastante o jeito de ser do sertanejo, não deixou de registrar as tradições dos seus conterrâneos: “O vale do São Francisco, onde ocorreram tantas façanhas heróicas, está a reclamar de seus filhos, que tenham algum pendor pelas letras, que façam conhecidos esses feitos e mostrem os seus usos, costumes e tradições”³⁴.

Para o escritor, é inevitável fazer a pergunta que muitos fazem até hoje: *Busquei, com minhas limitações, responder a um questionamento: Foi Antônio Dó um bandido?*³⁵ Também para ele, definir quem realmente foi Antônio Dó é muito difícil. Porém, na sua memória uma afirmativa é clara: *Antônio Dó era herói.*

Este livro é fruto do meu apego às coisas ribeirinhas do Rio São Francisco. Nele tento resgatar a imagem do herói sertanejo, sem me esquecer do bandido que se ocultou em algumas de suas ações. O jagunço – afirmou Urbino Viana – não era nem herói nem bandido, ao mesmo tempo nos parece ambas as coisas³⁶.

Petrônio Braz faz uma descrição sobre a personagem, ou, pelo menos, como ele imaginava ser fisicamente Antônio Dó: “Antônio com seus dezoito anos, [...]. Sua pele morena, queimada pelo sol, os ombros e o peito salientes, lábios grossos, cabelos pretos e encarapinhados. [...] Mostrava uma marcante personalidade”³⁷.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid., p. 13.

³⁵ Ibid., p. 13.

³⁶ Ibid., p. 13.

³⁷ Ibid., p. 22.

O modo de arrumar já demonstrava sua identificação com o cangaço: *O chapéu-de-couro, seu orgulho particular, [...] com aba inteiriça dobrada na frente à moda dos cangaceiros, [...]*³⁸.

Na sua personalidade: *Teimoso, de poucas palavras, obstinado*³⁹, já demonstrava que Antônio Dó era homem que lutava pelo que queria.

Esta “materialização” está mais presente nas manifestações artísticas do que na lembrança do povo. E, por se tratar de manifestações “construídas”, foram elaboradas conforme os significados atribuídos a Dó. Isto propõe, para Dó, vários perfis: bandido, injustiçado e até herói. A definição de herói aproxima Dó da “visão” passada pelos sertanejos que “cristalizaram seu imaginário”:

O herói é o mais comum e o mais conhecido mito em todo mundo, sendo encontrado desde a Grécia e Roma Clássica, passando pela Idade Média, o Extremo Oriente e até nas tribos primitivas contemporâneas da África, América e Oceania. Segundo Joseh Henderson, [...] têm um poder de sedução dramática flagrante e, apesar de menos aparente, uma importância psicológica profunda. [...] guardam uma forma universal mesmo quando desenvolvidos por grupos ou indivíduos sem qualquer contato cultural entre si. [...] Ouvimos repetidamente a mesma história do herói de nascimento humilde mas milagroso, provas de sua força sobre-humana precoce, sua ascensão rápida ao poder e à notoriedade, sua luta triunfante contra as forças do mal, sua falibilidade ante a tentação do orgulho *hybris* e seu declínio, por motivo de traição ou por ato de sacrifício “heróico”, onde sempre morre⁴⁰.

O “herói” nasce, portanto, como criação das sociedades que se identificam com sua luta, com sua história:

- a) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponde a um modelo coletivamente valorizado. Deve haver reciprocidade entre o herói e o povo. Ou seja, é preciso que haja uma “comunidade de sentido” para que a semente do mito brote e dê frutos.
- b) O herói surgiu espontaneamente das lutas precedentes da nova ordem ou foi necessário maior esforço na escolha e promoção do herói pelo novo regime?
- c) Qual foi o horizonte de suas atividades?

³⁸ Ibid., p. 23.

³⁹ Ibid., p. 23.

⁴⁰ SOUZA, Alberto Carlos Lopes de., op. cit., p. 14.

Apesar de sua promoção por grupos específicos, a figura do herói deve aspirar à Universalidade⁴¹.

De certa forma, há reciprocidade entre Antônio Dó e o povo da região, apesar de percebermos, em algumas entrevistas, que ele foi mencionado com adjetivos que indicam uma imagem medonha e aterrorizante. Mas tanto Saul quanto Petrônio, ao registrá-la, criam um perfil de homem comum e, ao mesmo tempo, identificam essa imagem com seus conterrâneos. O mandonismo sem freios que explorava todos e também o explorou é, neste caso, o “comum sentido” que liga o povo a Antônio Dó.

O personagem não aspirava à universalidade, portanto não pode ser classificado como herói. E ele não surgiu de maneira espontânea, nem foi eleito pelo novo regime, mas sim “feito herói” pelos seus mediadores, neste caso, os autores.

Ao termos mais contato com a literatura sobre os mitos, percebemos o quanto a memória é parceira deste para sua formação. Alessandro Portelli, ao abordar o assassinato de 335 pessoas pelas forças de ocupação alemã em Roma em 1944, nos diz claramente que é impossível separar os elementos: história, mitos, rituais e símbolos⁴².

Para entendermos se houve ou não esta construção do “mito” Antônio Dó, acompanharemos o roteiro a seguir:

Resumindo, as estratégias para a construção do mito se caracterizariam por:

- 1- uma grande promoção popular, na arte e com os medias;
- 2- poder contar com uma certa “antiguidade” na memória coletiva;
- 3- fazer despertar o interesse de algum grupo em particular, seus futuros “missionários”;
- 4- fazer da vida do herói um reflexo da luta do grupo;
- 5- realizar uma aproximação comparativa com outro mito, de preferência religioso⁴³.

Ao analisarmos a vida de Dó, seguindo o roteiro, notamos que:

- 1- Ele é promovido pela arte.
- 2- Conta com uma “antiguidade” na memória, porém não é um assunto comentado na cidade e, quando o é, percebe-se que é feito com preconceito.
- 3- Ele não possui perfil missionário, ou seja, ninguém depois dele tentou seguir seus exemplos.

⁴¹ Ibid., p. 16.

⁴² Ver PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória. O massacre das fossas Ardeatinass. História, memória, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectivas**. n. 25/26 – jul. 2001/jun. 2002. Uberlândia: Edufu, p. 12.

⁴³ SOUZA, Alberto Carlos Lopes de., op. cit., p. 17.

- 4- Não é feito um reflexo da luta do povo São Franciscano, mas de disputas envolvendo proprietários e a polícia.
- 5- Não é aproximado a mito religioso ou martírio.

Constatamos que a história dele ainda não se tornou mito, porém está em processo, pois se encontra elaborada e exposta de forma artística. “No processo de apropriação do herói, poderemos descobrir que verdades foram omitidas, fatos poderão ter sido inventados, tudo dependerá de quem o estará usando”⁴⁴.

Verificamos que a apropriação feita na obra e a releitura da vida de Antônio Dó seguem esta máxima, de acordo com a posição e os interesses de quem se apropriou das diferentes versões de sua história:

No sistema de representações produzido por cada época e no qual esta encontra a sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história”⁴⁵.

A lógica para o povo de São Francisco está em contar “a sua verdade” acerca da história de Antônio Dó. Por isso, temos várias versões para este tema. Ainda não detectamos uma “forma” para esta história, nem a maneira de reprodução deste imaginário. Tem-se a oralidade como cúmplice para a reprodução, porque é através desta que se mantém “circulando” no imaginário social, segundo a concepção de Bazcko.

Os imaginários sociais, veiculados tanto pela linguagem dos gestos e dos objetos como pela palavra viva neste meio dominado pela cultura não escrita, são solidários com o ritual da violência. São, aliás, raros os casos em que os insurrectos formulam as suas aspirações e os objetivos da revolta através de panfletos. É, pois, ainda mais significativo que os mesmos imaginários sociais se reproduzam, com pequenas diferenças, em centenas de casos⁴⁶.

Ao contrário do que aconteceu com a memória do cangaço, utilizada para opor os nascidos no Brasil aos imigrantes/estrangeiros⁴⁷, a história de Antônio Dó, nas

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 5 . Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 303.

⁴⁶ Ibid., p. 316.

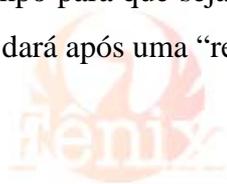
⁴⁷ No livro **História do Cangaço** a autora Maria Isaura Pereira de Queiroz analisa a formação do “mito do Cangaço” e entende que este mito “*encarou o cangaceiro o povo nacional em oposição ao imigrante*”

primeiras décadas após sua morte e, ao ser mencionada pelos folcloristas, foi relacionada à violência e ao vandalismo. Quem lê os folcloristas percebe o conteúdo de violência que estabelece um certo distanciamento das classes populares, fixando mais uma imagem de anti-herói, de “mau-exemplo”, do que de um “justiceiro”.

Por apresentar esta negação, Dó não se consolida como mito para a população de São Francisco. Ele continua sendo lembrado em manifestações artísticas, na maioria de outras cidades, mas não em São Francisco⁴⁸, percorrendo o caminho inverso do analisado por Hobsbawm:

... determinando decurso de gerações, a memória do indivíduo mistura-se como quadro coletivo dos heróis legendários do passado, o homem com o mito e simbolismo ritual, de modo que um herói que por acaso sobreviva além dessa faixa, ... não pode mais ser substituído no contexto da história real⁴⁹.

Diante do exposto, apresentam-se duas possibilidades: ou Antônio Dó continuará sendo uma lembrança maldita para a memória coletiva, ou levará muito tempo para que seja lembrado de forma diferente. Porém, essa segunda opção somente se dará após uma “re-construção” da sua imagem em São Francisco.



www.revistafenix.pro.br

estrangeiro; encarnou as camadas inferiores nortistas, autenticamente nacionais, simplesmente, sofredoras” (São Paulo: Global, 1982, p. 68). O jornal **Diários Associados** instituiu a *Ordem do Cangaço* que premiava brasileiros que tivessem dado provas de devotamento ao Brasil.

⁴⁸ Salvo o livro de Petrônio Braz.

⁴⁹ HOBBSAWN, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975, p. 130.